



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680171 - SP (2021/0219339-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : CLAUDIA PEREIRA NASCIMENTO E OUTRO
ADVOGADOS : DANIELA SOUZA BOVIS PEREIRA - SP341778
CLAUDIA PEREIRA NASCIMENTO - SP309226
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2096545-69.2021.8.26.0000).

O paciente foi absolvido impropriamente do crime previsto no art. 14, c/c o art. 20, ambos da Lei n. 10.826/03, com fundamento no art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal, e aplicada medida de segurança consistente em internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, pelo prazo mínimo de 1 ano, nos termos do art. 97 do Código Penal.

A impetrante sustenta que "a falta de vagas, para tratamento, em estabelecimento de internação em hospital particular ou de custódia especializado em tratamento psiquiátrico, jamais pode impor ao condenado uma privação de liberdade em regime fechado, sob pena de afrontar-se o princípio da legalidade" (fl. 6).

Destaca que o paciente padece de ansiedade mental generalizada e vem respondendo de forma favorável ao tratamento com psiquiatra e acompanhamento de seus familiares (fl. 7), devendo continuá-lo em sua residência, notadamente em razão da pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, o deferimento da prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente